



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150574 - DF (2021/0225456-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : RAPHAEL CAVALCANTI BORGES
ADVOGADO : WADISON PEREIRA FERNANDES DE SOUZA - DF060341
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por RAPHAEL CAVALCANTI BORGES contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (HC n. 0715493-72.2021.8.07.0000).

O recorrente encontra-se preso preventivamente desde o 14/05/2021, pelo cometimento, em tese, dos delitos tipificados nos arts. 33, caput, da Lei n. 11.343/06 e 16, § 1º, inciso I, da Lei n. 10.826/03.

Sustenta que "No caso concreto, inexistente sequer elementos de franqueamento de ingresso, da mesma forma, há rompimento de lapso temporal onde dois momentos distintos são criados. Compendia dos elementos indiciários que os policiais de uma delegacia de outra circunscrição, após denúncia anônima, acompanharam o paciente, onde uma única vez entrou em sua residência e sem nenhum outro indício – além da palavra dos policiais – negociou drogas com outra pessoa.. " (fl. 162)

Alega, por fim, que "Os agentes públicos possuem a "presunção de veracidade", mas essa presunção não é absoluta. Se houve denúncia anônima, onde constam seus dados? Pois se tivesse de remeter à 26ª Delegacia, deveria a informação ser acompanhada de tal documento. Se houve "campana" e se havia convicção de que o paciente seria "traficante", durante todo esse tempo, não constam filmagens, fotos, absolutamente nada além da versão descrita pelos policiais." (fl. 215)

Requer, liminarmente, a suspensão do andamento da ação penal, bem como seja "possibilitado que o paciente possa manter-se em livramento provisório com monitoramento eletrônico, recolhimento domiciliar noturno e manter os dados atualizados para responder a todos os atos processuais." (fl. 219)

No mérito, pugna sejam desentranhadas as provas ilícitas, mantendo-se as medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

O Tribunal consignou o seguinte, com relação busca domiciliar (fls. 192-193):

Reitero os argumentos lançados na decisão que negou o pedido liminar, quanto a legalidade da prisão em flagrante, da busca domiciliar e da localização do entorpecente.

A busca domiciliar mostra-se hígida, pois o crime imputado ao investigado é permanente e o ingresso dos policiais, nas circunstâncias retratadas, está amparado por justa causa previamente constatada.

Essa relatoria não desconhece a orientação recente,

exarada pela egrégia Sexta Turma do STJ (HC 598.051/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 02/03/2021, DJe 15/03/2021), que exige fundadas razões prévias e a urgência da ação policial, para fazer cessar a ação criminosa, como requisitos para mitigação ao direito constitucional à inviolabilidade de domicílio do indivíduo.

No presente caso, a justa causa se constata a partir do depoimento dos agentes públicos responsáveis pela operação, prestados de forma coerente com a dinâmica retratada no APF, em que, realizaram o monitoramento prévio do autuado, de posse de suas características físicas, fornecidas por colaborador anônimo. Os policiais foram uníssonos em relatar que presenciaram o paciente entrando em sua residência e na sequência, saindo do local em conduta compatível com a comercialização de entorpecentes, trazendo pequenos pacotes e trocando-os por quantia em dinheiro com outros indivíduos. Somado a isso, os usuários que haviam acabado de adquirir porções de cocaína e maconha, foram abordados pelos agentes públicos e reconheceram o investigado como fornecedor da droga.

Assim em sede de habeas corpus, a vista dos elementos colacionados e realizando uma análise perfunctória, a busca domiciliar mostra-se regular e não é possível afastar as referidas provas, conforme pretende o impetrante.

A afetação da ordem pública, no caso, decorre de prognose fundada, extraída de elementos concretos dos autos, como bem destacou o decisum, em que o paciente não só comercializou entorpecente de expressiva lesividade (cocaína), como guardava em sua residência quantia significativa da droga (1kg). Não fosse suficientemente grave a conduta de per si, na casa foi localizada arma de uso restrito e diversos petrechos que dão indícios da traficância e periculosidade do agente.

Convém ressaltar, o receio fundado da prática de novas infrações a partir do exame da folha penal do acusado, que ostenta condenação anterior (Proc. nº 2015.09.1.017336-9) por porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.

A decisão, portanto, apresenta fundamentação consistente quanto ao seu cabimento (art. 313, I, do CPP) e necessidade (ordem pública), não sendo recomendável o emprego de medidas cautelares diversas da prisão, pois a liberdade provisória do paciente fomentaria a prática de novos crimes, mantendo a difusão ilícita de drogas na região o que traria grave insegurança para a sociedade.

Em face dessas considerações, presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, tenho que a decisão repousa em hígidos fundamentos de fato e de direito, ancorados em requisitos dos arts.

*312 e 313, da Legislação Processual Penal, para
garantia da ordem pública.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência